



O QUE É ACOLHER EM TEMPOS DE QUARTO DE DESPEJO?

WHAT IS WELCOME IN EMPLOYMENT ROOM TIMES?

Letícia Costa Piasenski ¹
Bruna Moraes Battistelli ²

Manuscrito recebido em: 15 de novembro de 2023.

Aprovado em: 28 de novembro de 2023.

Publicado em: 26 de dezembro de 2023.

Resumo

Objetivo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão acerca do tema do acolhimento em saúde mental a partir do diálogo com Carolina Maria de Jesus e seu livro O Quarto de Despejo, pensando na fome como uma importante violência que perpassa a vida de usuárias/os nos serviços em que a psicologia está presente. **Métodos:** A partir da experiência da primeira autora em uma residência em saúde mental no sul do Brasil dialogamos com autoras do feminismo negro. **Resultados:** Para acolhermos de forma crítica e em busca de transformação social, precisamos, enquanto categoria profissional, construir uma leitura crítica do mundo e dos sistemas de dominação que sustentam nossas práticas, saberes e por consequência intervenções. **Conclusão:** Este ensaio teórico foi construído como um recorte do Trabalho de Conclusão de Residência da primeira autora e orientado pela segunda autora, para mostrar o impacto da fome no trabalho psi no Brasil e o quanto esta deve ser pensada como um analisador fundamental quando nos propomos a discutir uma clínica que seja de fato ampliada e engajada com as lutas que as populações subalternizadas travam em busca de uma existência digna e não violentada.

Palavras-chave: Acolhimento; Cuidado; Psicologia; Saúde Mental.

Abstract

Objective: This article aims to present a discussion on the topic of mental health embracement based on the dialogue with Carolina Maria de Jesus and her book O Quarto de Despejo, thinking about hunger as an important violence that pervades the lives of users. in services where psychology is present. **Methods:** Based on the first author's experience in a mental health residency in southern Brazil, we dialogued with black feminist authors. **Results:** To embrace in a critical way and in search of social transformation, we need, as a professional category, to build a critical reading of the world and the systems of domination that support our practices, knowledge and, consequently, interventions. **Conclusion:** This theoretical essay was constructed as an excerpt from the first author's Residency Completion Work and guided by the second author, to show the impact of hunger on psi work in Brazil and how much it should be thought of as a fundamental analyzer when we propose to discuss a clinic that is actually expanded and engaged with the struggles that subordinated populations wage in search of a dignified and non-violated existence.

Keywords: User embracement; Care; Psychology; Mental health.

¹ Especialista em Saúde Mental Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Servidora na Prefeitura de Porto Alegre.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5861-4466> Email: leticiapiasenski@gmail.com

² Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0973-0934> Email: brunabattistelli.ufpr@gmail.com



INTRODUÇÃO

Eu não posso ignorar o fato de que milhares de pessoas vão dormir com fome todas as noites. As milhares que fazem trabalho de merda entorpecedor oito horas diárias de suas vidas. As milhares que são espancadas e mortas todos os dias. As milhões de mulheres que foram queimadas em fogueiras, as milhões que foram estupradas. Onde está a justiça para essas pessoas? (Gloria Anzaldúa, 2021, p. 85).

Este artigo em forma de ensaio teórico é um desdobramento do Trabalho de Conclusão (TCR) apresentado ao Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da (informação a ser inserida posteriormente) escrito pela primeira autora sob orientação da segunda. Para pensar a produção do acolhimento no campo da saúde mental nos propomos a pensar tal prática a partir de uma leitura de mundo dialogada com os ensinamentos que autoras como Carolina de Jesus nos oferece em sua obra. Afirmando que para que o acolhimento seja possível, precisamos de uma boa leitura de mundo, nos pomos a dialogar com autoras/es do campo da saúde mental no Brasil e com feministas negras como bell hooks, Audre Lorde, Françoise Vergès e Patricia Hill Collins.

Para a escrita do TCR em questão, e por consequência, deste artigo, partimos das experiências vividas pela primeira autora enquanto residente em saúde mental e as inquietações sobre o fazer *psi* que decorreram desse campo de práticas. Desta forma, este artigo será escrito prioritariamente em primeira pessoa, respeitando a forma como ele foi tecida durante o processo de residência e apostando na politicidade do eu, bem como afirmam as feministas negras que inspiram este trabalho. Assim como apostamos na necessidade de visibilizar as autoras/es com que trabalhamos, e deste modo, na primeira aparição no texto, as/os mesmas/os serão inseridas/os com nome e sobrenome. A implicação entre o fazer ético na prática *psi* e o como escrevemos essas experiências é uma preocupação importante neste trabalho, pois a transformação social só é possível a partir de exercícios de coerência de nossa parte (hooks, 2019); desta forma, para pensarmos o exercício do acolhimento em serviços de saúde mental, nos interrogamos em como problemas sociais e negligências estatais são discutidas na formação em psicologia, em como as/os psicólogas/os enfrentam os sistemas de dominação em seus atendimentos, trazendo a fome para o centro do debate quando em nosso país temos mais de 30 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e experienciando a fome em seus cotidianos. Desta forma, iremos



apresentar uma possibilidade crítica de leitura de mundo que embasa o acolhimento enquanto ética para uma clínica ampliada na psicologia. A escrita em primeira pessoa, desta forma, evidencia os percursos vividos durante o processo de residência da primeira autora, e reforça a necessidade de pensarmos a experiência como uma força motriz do pensamento. Defendemos, desta maneira, o acolhimento como um exercício implicado e crítico, só possível enquanto ato que se dá na relação.

OS FAZERES *PSIS* QUE INFLUENCIAM A PRÁTICA CLÍNICA

Durante os dois anos de residência, vividos em meio à pandemia por COVID-19 e imersos em governos ultraliberais de extrema-direita, me perguntava o que estava fazendo ali e o que era possível se fazer em meio ao caos que assolava o país: o que é pensar em acolhimento e saúde mental quando as pessoas que não estão morrendo de covid, estão morrendo de fome? Muitos dos encontros me remetiam a Carolina Maria de Jesus e sua obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2017). Carolina Maria de Jesus, nascida em 14 de março de 1914, teve uma infância marcada pela pobreza, morava com sua mãe em Sacramento, cidade do interior de Minas Gerais, onde nasceu e cursou até o segundo ano da escola primária. Foi morar em São Paulo com 23 anos para trabalhar como empregada doméstica, antes de migrar, trabalhou como empregada doméstica e na roça. Com 34 anos, foi morar às margens do Rio Tietê, na favela do Canindé, e passou a trabalhar com catação para se sustentar e também sustentar seus três filhos. Foi das lixeiras da cidade que Carolina retirou cadernos que futuramente seriam seus diários, traduzidos para mais de 14 idiomas e comercializados em mais de 40 países. Esse trabalho é uma tentativa de pensar o encontro das obras da Carolina, com a psicologia e com a produção de saúde mental, quando nada parece dar conta do que acontece no Brasil, nada parece suficiente e qualquer tentativa de se interpor as circunstâncias é quase achar uma agulha no palheiro.

Sinto que muito da psicologia que aprendi ao longo desses anos foi uma psicologia que se encontra na dor, de quem escuta e de quem fala, de quem vive esse caos, que se depara com a fome, que se confronta e se encontra com a falta de direitos básicos e que a todo o momento produz impotência. Um sentimento que até então eu não lembro de ter sentido, não nessa intensidade e que aumenta porque a



cada dia fica mais nítido que as coisas não estão acontecendo porque tem pessoas que não querem que aconteça, de que não estamos num ônibus desgovernado, mas sim num em que os gestores adotaram um plano de governo que a todo tempo opta por ações que matam, seja as relativas a pandemia, ao meio ambiente e a economia. Da tomada de decisões mais simples ao planejamento, organização, coordenação, monitoramento, avaliação de programas, serviços e atividades em saúde, tudo aquilo que aprendemos sobre gestão de saúde está em ação para o gozo de um governo genocida. Não teria como se prever uma pandemia, mas como pensar e vivenciar uma psicologia no contexto sócio-histórico atual sem se esgotar?

A aproximação com a obra da Carolina se dá por ela já ter sido um alento e propiciado o início de boa parte dessa trajetória. Quarto de Despejo é a potência do cotidiano, é um dispositivo que pode auxiliar a psicologia a assumir uma postura ética, um olhar crítico frente à realidade, questionando as situações e pensando qual é o seu papel frente aos acontecimentos. Esse trabalho é um aconchego, um carinho e um cuidado que às vezes ficam perdidos no meio do caos do dia a dia.

O QUE É ACOLHER? PENSANDO A CLÍNICA NO CONTEXTO DE RUÍNAS QUE VIVEMOS

Quer dizer, não estou certa de que o suicídio da minha mãe foi algo extraordinário. talvez a maioria das mulheres tenha de lidar com uma herança similar: o legado de uma mulher cuja a morte não pode ser identificada com precisão, porque ela morreu muitas e muitas vezes e porquê, antes mesmo de se tornar mãe, a vida dela já tinha cabado (Jordan, 1985, p. 26).

O que é morte? O que é morrer no Brasil? Será que todos morremos iguais? Assim como viver está além do saber biomédico, o morrer também. A morte pode ser vivida ainda em vida através dos sistemas políticos de dominação “que submetem determinadas populações a condições de vida que lhes confere o estatuto de mortos-vivos, ou seja, vidas que ocupam um não lugar” (Ribeiro, Moraes & Araújo, 2021). O livro *Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada* fala sobre esse não lugar, que tende a marcar e atingir especialmente o corpo da mulher negra. Algo que teve início no processo de colonização e ainda nos dias de hoje é visto nos dados de desempregos e empregos informais, evidenciado que a pobreza do Brasil não tem só cor, como tem gênero também (Gonzalez, 2020).



Mesmo com avanços proporcionados por programas sociais, como o Bolsa Família (que havia sido extinto pelo governo Bolsonaro na época em que esse artigo foi escrito e agora foi retomado pela nova gestão), 6,5% da população do país se encontrava em situação de extrema pobreza em 2019 e desses a maioria era composta por nordestinos, mulheres pretas ou pardas, pois mesmo em situação de pobreza, o privilégio branco ainda existe (Battistelli, 2021). Esses dados se agravaram com a pandemia em pelo menos 23 estados, a inflação e o desemprego são os principais fatores apontados pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas (2021) para essas intensificações.

Neste mesmo período, percebe-se o aumento dos índices de violência contra mulheres negras e da mortalidade de jovens negros, enquanto temos uma diminuição expressiva dos mesmos sobre mulheres e jovens brancos evidenciam a desigualdade racial brasileira (Cerqueira et al., 2020). Esses aspectos fazem parte do quarto de despejo atual, em que brasileiras/os fazem filas nas portas de açougues em busca de ossos (G1, 2021), onde centenas vasculham caminhões de lixo em busca de restos, onde o quilo de arroz subiu oito vezes mais que o salário mínimo (R7, 2021), um pouco mas não tão diferente daquele de Carolina. Apesar de não estarmos mais em 1960, alguns discursos e práticas seguem atribuindo a exclusão e a pobreza a algo natural e meritocrático, inerente ao espaço e não um reflexo de um processo de exploração sócio-histórica (Oliveira, 2017). O maior exemplo disso é como se construiu o mito da democracia racial e o racismo no Brasil, um crime perfeito nas palavras de Munanga (2017), já que além de matar fisicamente, ele opera pelo silenciamento, de forma velada, mas muito hábil responsabilizando as vítimas e colocando como racista sempre um outro (Battistelli, 2022). Para pessoas pobres, negras, indígenas, oriundas da classe trabalhadora, etc., não há chance de uma infância, adolescência e maturidade como costumam narrar os livros de psicologia. Desde cedo, são submetidas/os à mazelas como a fome, o racismo, à violência de Estado, como nos mostra Carolina em um dos trechos de seu diário: “Antes eu falava e ele revoltava. Agora eu falo e ele ouve. Eu pretendia conversar com o meu filho as coisas sérias da vida só quando ele atingisse a maioridade. Mas quem reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade” (Jesus, 2017, p. 92).



O processo de desumanização que os moradores e as moradoras do Canindé são submetidos nos diários de Carolina ainda acontecem no Brasil de 2021 e foi acentuado na pandemia como identificado pelas séries de reportagem do portal de notícias *Periferia em Movimento*, que identificaram a raça, a pobreza e reclusão como fatores de risco da COVID-19. Não existiam condições básicas para proteção individual e coletiva: falta de água, itens de higiene, dinheiro para comprar itens de higiene, moradias superlotadas e em condições precárias, faltava dinheiro para comer (Silva, 2021). Além do mais, muitos dos/das moradoras das comunidades não tiveram o direito de fazer quarentena, atividades que dificilmente são vistas ou reconhecidas, não podiam parar (Nascimento & Oliveira, 2021). No estado do Rio de Janeiro, a primeira morte em decorrência do coronavírus foi de uma empregada doméstica, de 63 anos, que se contaminou logo após sua patroa voltar de uma viagem da Itália (Uol, 2020).

Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantidio Sampaio que era vereador em 1953 passava aos domingos aqui na favela....Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado e venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais. (...)Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (Jesus, 2017, p. 32).

Sabe-se que a organização da cidade se dá a partir da lógica do saber poder eurocêntrico, que atua invisibilizando corpos tomados como abjetos, mandando-os para quartos de despejos e, quando não consegue, os mata. Ela não é consequência de um processo, mas sim parte importante do projeto político de morte ao decidir quem terá acesso à saúde, saneamento básico, educação, cultura, lazer, etc. Tudo isso não só com o aval do Estado, mas produzido pelo mesmo através da sua política neoliberal que diariamente promove a opressão das diferentes dimensões da existência através da perpetuação de sistemas de opressão classistas, racistas e machistas (Ribeiro, Moraes & Araújo, 2021).

Voltando à obra de Carolina, podemos acompanhar pelas escritas da autora que as visitas dos candidatos à favela do Canindé no período eleitoral eram permeadas de promessas e de posteriores sumiços; é um exemplo da forma como opera a lógica da inclusão perversa. Aqueles que são esquecidos durante quatro anos



de mandato, são lembrados na hora de conseguir votos. Esse mesmo poder que estrutura a cidade vem sustentando a maioria das práticas *psis* desenvolvidas ao longo dos anos, contribuindo para o bem estar de uma minoria em detrimento da miséria de muitos (Gonçalves, 2020). Apesar de todo descaso e sofrimentos vivenciados nas favelas e comunidades periféricas no Brasil a fora, esses espaços no seu dia a dia possibilitam bons encontros, potências e afetos entre aqueles que ali residem (Sawaia, 1999). O mesmo pode se entender da psicologia, ela é uma ciência prática que pode vir a possibilitar bons encontros, todavia, ao longo dos anos a mesma se debruçou em estratégias que possibilitam um controle de corpos mais eficaz, atuando lado a lado na produção de subjetividades padronizadas (Rodrigues & Battistelli, 2021). Todavia com a sua inserção nas políticas públicas e sociais, a subserviência das práticas *psis* aos sistemas de opressão racistas, machistas e classistas que já vinha sendo denunciada ficou ainda mais em evidência, indicando a necessidade de uma revisão do projeto ético-político da psicologia no Brasil (Lopedote, 2019).

PSICOLOGIA A SERVIÇO DE QUE(M)?

A impressão que dá é que apenas sussurrar "tortura" no ouvido da classe média sensata já é motivo maior de mobilização do que a tortura efetivamente praticada nas periferias deste país todo santo dia (Falero, 2021, p. 193).

A psicologia ganha força como ciência quando passa a ser entendida como uma aliada das políticas de controle e ajustes da população, atuando diretamente na naturalização de ordens sociais excludentes, individualizando, patologizando, oprimindo e sustentando mecanismos de controle de corpos. No Brasil, a profissão seguiu os mesmos passos que nos Estados Unidos e Europa andando de braços dados com o capital, até que algumas modificações começaram surgir a partir dos anos 70 e depois do período da ditadura, através do encontro da psicologia com os movimentos sociais, sendo o principal deles a reforma psiquiátrica (Gonçalves, 2020). Modificações que caminharam lentamente, num primeiro momento os esforços se deram na tentativa de propor formas não asilares de cuidado em saúde mental, numa lógica ainda muito ligada ao processo de saúde-doença e diagnósticos, ainda



muito distante do cotidiano e da vida da maioria da população (Oliveira, 2017). Tanto que quando ocorreu a inserção das/os profissionais *psi* no Sistema Único de Saúde e nos serviços da Assistência Social, as discussões pareciam ser as mesmas, mostrando as falhas no processo de constituição do saber *psi*, das produções de saúde que até então baseavam as intervenções e da formação dos psicólogos (Maheirie, Miranda, Sawaia & Iñiguez-Rueda, 2021). Por mais que os espaços fossem diferentes e a proposta de atuação também, o que a maioria das/os psis levaram para esses serviços era o modelo do consultório privado, de escutas e atendimentos clínicos que ainda tinham como seu foco a produção de diagnósticos, busca de sintomas.

No livro *Pajubá Terapia* (2020), Sofia Favero questiona sobre quando se começa o fazer da psicologia e afirma que a graduação já é uma forma de fazer *psi*. Portanto, quando nas salas de aulas se propaga um discurso da imparcialidade e pela neutralidade como elemento constitutivo da sua prática e do seu olhar, se opta por excluir a realidade do sujeito, do objeto de estudo à sua frente e do próprio profissional que se retira do processo, como se sua ação não fizesse parte de um sistema, como se sua ação não trouxesse implicações sobre o cotidiano que estuda e atua (Abrahão et al., 2013). Quando as salas de aula não são espaços para falar sobre racismo, lgbtfobia, violência contra mulher, fome, por exemplo, a mensagem que se passa é que esses assuntos não compõem a prática psicológica, ou compõem apenas um certo tipo de prática, como a social e que esses assuntos não são relevantes para pensar o sofrimento ou que nem mesmo compõem o processo de subjetivação (Paiva & Yamamoto, 2010).

Essas escolhas não são ao acaso, elas precisam acontecer, pois parte do encantamento dos futuros profissionais se dá através de um discurso onipotente, quase mágico, onde as potencialidades individuais bastam para superar os problemas do dia a dia e que cabe a psicologia ativá-las, ignorando-se todo um contexto de política sociais excludentes e os mecanismos de opressão. Romper com esses aspectos, significaria romper com as produções de verdades que prevaleceram ao longo dos anos orientadas pelo interesse de homens cis brancos da elite, ignorando as experiências dos demais, ignorando importantes debates sobre políticas de dominação trazidas por intelectuais feministas (Collins, 2019).



Além desse rompimento com verdades coloniais hegemônicas, para que se consolide esse novo olhar para o outro e um fazer *psi* progressista, se faz necessário o abandono da falsa ideia de neutralidade e da alienação; sendo necessário um olhar crítico para o passado, para si e para o processo de enfrentamento que pode vir a ser doloroso, mas necessário para uma mudança, para esperança de liberdade e fim da dominação (hooks, 2019). É essencial que a psicologia reconheça seu passado violento e se reconheça como produtora violências, se conecte com sua história para que possa assumir suas responsabilidades, possa assumir uma postura que esteja em serviço da maioria, do bem-estar e que para isso não negue nenhuma existência (Gonçalves, 2017; hooks, 2021). Uma psicologia que rompe com o modelo neoliberal que pauta suas ações nos lucros de algumas pessoas em detrimento do sofrimento das/dos demais.

Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. fiquei nervosa, pensando: será que deus esqueceu-me? será que ele ficou de mal comigo? (Jesus, 2017, p. 174)

Sabe-se que a psicologia por si só não tem como dar conta das contradições capitalistas que provocam sofrimento, não cabe só a ela mudar o mundo e o sistema que rege as relações, mas a mesma pode ter em suas intervenções ações de enfrentamento às desigualdades sociais. Para tal, é importante que se inclua nos debates do campo, as narrativas daquelas/es que mais sofrem, que se converse e se dialogue com aquelas/es que por muitos anos ficaram à margem do sistema e que são vistos como dependentes dos serviços.

A inserção da psicologia no SUS se deu de uma forma a ser um receptáculo de demandas, buscando sintomas ou diagnósticos clássicos e que quando escuta demandas que fogem disso, que falam sobre fome, pobreza e negligência do Estado não conseguem compreender os relatos, e acaba por não produzir nada, apenas receber as demandas e chamar o próximo usuário/o como se esses quesitos não se fizessem válidos de uma escuta. É necessário estar atento às demandas e enunciados das/os usuárias/os, a potência desses encontros de denunciarem os problemas do território, para que coletivamente, pensem em formas de articulação e resolução dos problemas. Cabe à psicologia que se debruce sobre o processo as reflexões críticas e contextualizadas sobre os processos que perpassam a constituição das subjetividades. E isso não será feito sem a articulação e mobilização popular,



tendo em vista o contexto atual de congelamento de investimentos públicos, terceirização em massa e retirada de direitos sociais. Faz-se necessário a generificação e racialização acerca da psicologia e da produção de cuidado já que os atravessamentos das violências de gênero e raça provocam uma intensificação de sintomas depressivos, isolamento social, solidão, exaustão, desânimo entre tantos outros retratados nos livros de Carolina, Conceição Evaristo e Preta Rara, por exemplo.

A produção de conhecimento se dá no convívio, no dia a dia. Profissionais que executam atividades pontuais em determinados serviços têm dificuldades de compreender fluxos e o funcionamento que ali existem, pessoas que se deslocam para a periferia só a fim de pesquisas ou intervenções pontuais dificilmente vão entender a complexidade da vivência do local (Carvalhães, 2019). Para tal, se faz necessário a reflexão e análise crítica das formas de acesso, no nosso agir, de como nos colocamos no encontro com o usuárias/os, de como ocorre a aproximação entre mundos e corpos distantes, se nos deixamos ou não contaminar e habitar o território no qual desenvolvemos nossa prática (Rodrigues & Battistelli, 2021). Se a mesma ainda reproduz estereótipos e as lógicas em curso do sistema de dominação supremacista branco, patriarcal e capitalista, elas acabam por atender aos interesses do capital e do social e não dos usuárias/os (hooks, 2019). Esse debate não deveria se restringir ao exercício profissional, já que fala sobre o viver em sociedade, mas quanto a prática ele se torna essencial. O público majoritário que acessa os serviços da assistência social e da saúde é composto de mulheres-mães, mulheres negras como Carolina Maria de Jesus que, muitas vezes, ao invés de receberem qualquer auxílio acabam por ser culpabilizadas pela situação em que se encontram, ignorando-se a negligência estatal ao qual são submetidas diariamente. Os trechos dos seus escritos são discutidos em reuniões de equipe a todo o momento quando falamos das mães e mulheres com duplas jornadas, das crianças que assumem papel de cuidadores para poder auxiliar suas mães e avós que tem que sair para trabalhar, das milhares de filas enfrentadas quando buscam serviços de saúde e assistência, das mães que são chamadas nas escolas (Gonzalez, 2020). O problema é que essas discussões muitas vezes não ocorrem de maneira crítica, e sim culpabilizando as “referência familiares”, perpetuando uma imagem de preguiçosas, acomodadas com a situação, rainhas da assistência social, invisibilizando todos os relatos e denúncias



da falta de apoio, das condições de moradia, da violência que são trazidas (Collins, 2019). Afinal qual olhar dos serviços sobre as Carolinas do Brasil? Porque as pesquisas ainda focam no padrão de uso dos serviços e não na perspectiva de quem acessa? Como é pensada a saúde mental das mulheres racializadas e pobres que no dia a dia executam trabalhos invisíveis para que outras mulheres trabalhem em grandes empresas e nos serviços públicos? O que é produzir cuidado? O que é promoção de saúde quando o público majoritário dos serviços é quem carrega o peso das mazelas que o neoliberalismo produz?

Antes de se pensar na produção de cuidado ou promoção de saúde, é importante entender o que é saúde. De acordo com Sawaia (1999), saúde é entendida como um processo sócio-histórico, que extrapola os conceitos de ausência de doença e aqueles normalizadores de saúde que por anos justificaram intervenções violentas em corpos e mentes. É uma questão ética que implica falar sobre processos de exclusão, falar sobre a possibilidade de ter esperanças e transformar a mesma em ação, de ter um projeto de vida. O que implica o entendimento de doença como um sofrimento revelador de injustiças sociais e das desigualdades presentes na sociedade (Dias, 2014). Os trechos acima e a forma como Carolina fala sobre a fome nos seus escritos, sobre a necessidade de buscar formas de buscar sustento para si e os filhos ao mesmo tempo em que precisa encontrar forças e motivação para viver é constatação na prática do processo dialético de inclusão/exclusão a que as majorias populares são submetidas no dia a dia. Em 2021, enquanto milhares de brasileiros passavam fome, o país bateu recordes de exportação de soja entre outros alimentos (CNN). Tudo isso, à custa de trabalhadores que vivem em situações análogas a de escravidão. A fome não é consequência da falta de terra, da mão de obra ou de alimento, mas sim de uma má administração de terras, de renda e de uma indústria que lucra com exportações (Brasil, 1991). Mais de uma vez no seu livro, Carolina conta momentos em que as comidas que não são mais úteis ao comércio são jogadas na favela, muitas vezes envenenadas, dos bacalhaus que depois de muito tempo expostos são jogados fora com creolina para impedir o consumo. Evidenciando que quem passa fome, faz parte da mesma lógica de consumo daqueles que jogam comida fora ou queimam alimentos pensando no lucro, a diferença se dá na forma como se agencia essa inclusão, eles fazem parte da linha de raciocínio dos empresários, que se esforçam para garantir que eles não tenham acesso.



De acordo com Barboza (2000), a inclusão que se dá pela exclusão social é perversa, pois coloca uma grande parte da população frente a frente com a desigualdade, com a fome, com a exploração econômica, descompromisso político com o sofrimento do outro e com o descaso por parte de governantes num processo que envolve três dimensões: material (econômica), ética (injustiças, preconceito, discriminação) e subjetiva (cognitivo e afetivo). A primeira, talvez a mais palpável e conhecida, se dá na privação de consumo, na falta de alimento, casa, roupa, no dinheiro para pagar o xerox da faculdade, para pagar a passagem de ônibus. É aquela que faz com que adolescentes estejam dispostos a matar por algum produto de marca, em que uma vida valha menos que um desejo material (hooks, 2021). A segunda é aquela que foi vista no período dos rolezinhos, onde milhares de jovens das periferias do país começaram a ser organizados para ir juntos aos shoppings e fazer dos mesmos espaços de lazer mas tiveram suas entradas barradas, com diversas reportagens pautando um suposto vandalismo e promiscuidades desses eventos. E a última é aquela que fala sobre os sentimentos e crenças que impossibilitam o agir, o medo, a vergonha, o sofrimento, entre outros.

Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas não tinha nada para comer. Eu não ia comer porque o pão era pouco, será que só eu levo essa vida? o que posso esperar do futuro?....Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino (Jesus, 2017, p. 33).

O sofrimento ético e político que marca essa existência de milhares no Brasil é decorrente de uma combinação de fatores que não são de responsabilidade das pessoas e sim de um sistema macro. Ele perpassa as relações, da forma como eu trato e sou tratado pelo outro, o cotidiano que se imprime em cada história e principalmente sobre a dor que se manifesta na inferiorização, nas escolhas de quem tem ou não valor para a sociedade, de quem é ou não digno. Viver em meio a essa taxaço de valores provoca um sentimento de impotência, de aprisionamento e uma paralisia que na sua forma permite suprir as necessidades básicas, mas inviabiliza formas de superação dessa condição (Barboza, 2020). A concepção dialética da sociedade implica numa concepção dialética do processo de exclusão/inclusão, marcando que o sofrimento que se instaura é confuso e faz parte do processo de luta de classes.



Tudo isso acontece porque a construção das lógicas de cuidado se dá em meio a um sistema e contexto político em disputa, por isso que é no cotidiano dos encontros, dos serviços e das formações que se deve mostrar que qualquer vida tem o mesmo valor e o mesmo potencial. Por mais que se tenham leis e portarias que versem sobre a igualdade de direitos, não ter políticas e ações específicas que falem sobre a forma que esses preceitos se dão no dia a dia dos espaços. É o agir no encontro com o outro que se dá substância para ou outro que está ali, seja ele usuário ou membro da equipe. Se o psi, o profissional, não estiver aberto para trocas e para ser afetado pelas diferentes formas de vida que ali transitam e são produzidas, ele não irá entender aquele que o procura, se manterá em cima de um saber-poder que jamais será suficiente para entender o outro e que quando anda só ameaça, que paralisa e produz morte (Merhy, 2012). Além do não reconhecimento das potencialidades e dos desejos do outro que procura os serviços de saúde e assistência social, existe uma lógica atuante dos serviços que prescreve um tipo ideal de usuária/o, que além de biotipo apresenta um discurso pronto, de acordo com aquilo que o profissional espera escutar. Essa prática é denominada um agir torturador por Merhy (2012), é uma lógica quase policialesca onde o torturado, aqui usuário, deve revelar algo para aquele que o tortura. Nesses momentos não se tem um encontro de pessoas e sim do profissional com um objeto que, por sua inferioridade, não tem condições de saber o que é melhor para si, o seu querer e que pode vir a ser descartado se não mostrar sua utilidade, se não cumprir seus requisitos.

Para se pensar o dia a dia das unidades de saúde, dos encontros e desencontros é necessário levar em conta a historicidade das relações sociais, dos atravessamentos no modo de produção e constituição das/dos sujeitos. Intervenções precisam estar pautadas na promoção de modos de vida dignos, lutando contra violações de direitos e ações que impossibilitam o potencial de ação. Cidadania e pertencimento não são a mesma coisa que homogeneizar as relações e sujeitos, cidadania é sobre garantir a existência da heterogeneidade dos atores sociais e dos diferentes modos de ser (Barboza, 2003). Para acolher, é preciso entender que não existe um certo e errado, que muitas vezes o encontro com os usuárias/os implica em sustentar conflitos entre as partes, entre os serviços e entre tudo aquilo que fomos aprendendo ao longo da nossa formação. Por mais que nos últimos anos tenha-se incluído autoras/es não brancos na base dos currículos, isso não é suficiente. É



preciso abrir mão de um local de conforto de uma branquitude, entendida como um local de poder de onde a pessoa de pele branca pode atribuir aos outros coisas que não atribuiria a si mesmo, contribuindo para a construção e reprodução do preconceito racial, que sempre se escondeu atrás do apaziguamento de conflitos, mito da democracia racial e perpetuou políticas de morte (Battistelli, 2021). De uma branquitude e de uma psicologia que se eximiram dos debates raciais, de pesquisar e pensar os efeitos do racismo na saúde mental da maioria da população brasileira e que até hoje relega o tema a pesquisadores negros, como se as pessoas brancas não fizessem parte desse sistema, como se os corpos brancos não fossem instrumentos de poder e privilégio que operam de forma perversa apropriando de conceitos que foram pensados para demarcar violências como local de fala, racismo estrutural para proteger o pacto narcísico da branquitude vai ser impossível pensar encontros e lógicas de cuidado (Carneiro, 2011).

É preciso que tanto a psicologia quanto os *psis* reconheçam sua branquitude e a forma como ela intervém nos encontros, é preciso sustentar conflitos, principalmente os raciais. Sabe-se que não é algo fácil, falar sobre racismo tende a ser mais fácil do que confrontar diretamente os privilégios provenientes da supremacia branca, tendo em vista que parte de se reconhecer quanto alguém produtor(a) de violência, de alguém que causou sofrimento, se deparar com sentimentos de culpa, medo, raiva e lidar com a impossibilidade de ser empático com o outro mas se faz necessário pois é a única forma de enfrentar as diferentes violências que perpassam os encontros, de se responsabilizar, de dismantelar o racista que há em si (Battistelli, 2022). Emicida certa feita, em uma entrevista sobre seu livro infantil *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas* (2020) falou sobre a necessidade das crianças descobrirem um mundo com um olhar menos viciado que o nosso, que as crianças de hoje aprendam sobre si, se reconheçam sem ser através da violência. Este é um dos principais privilégios da branquitude, poder aprender, poder se conhecer sem ser através da violência e de poder errar. Discursos antirracistas não transformam se na prática não tiverem ações transformadoras, se não partirem de um reconhecimento quanto sujeito racializado, se não questionarem a estrutura que privilegia uns em detrimento de outros. Para acolher é fundamental deixar de ter como única fonte produção de conhecimento autores que experienciam o mundo a partir de sua experiência hegemônica, de um Norte Global que não condiz com a realidade da grande maioria.



Um outro ponto a ser revisto é o entendimento da psicologia tradicional sobre as emoções, estas estão no cerne de nossos comportamentos, pensamentos, não são consequência dos atos mas sim parte estrutural do pensar e agir dos sujeitos. A dicotomia entre razão e emoção é algo que a branquitude tenta impor a todo custo ao estipular que falar com qualquer intensidade emocional é visto como fraqueza ou irracionalidade. Quando hooks (2021) diz que uma mulher que fala sobre amor é vista como uma mulher suspeita em função da ameaça que seu conhecimento seria as visões oferecidas por homem, entendo que a/o usuária/o que grita, faz barraco, aponta as falhas das equipes representam um papel semelhante. Uma ameaça ao saber/poder que tem sustentado os serviços e espaços de saúde do país. As ideias, reclamações fazem parte daquele sujeito e de sua expressividade e a emoção que ele coloca em suas ações é uma forma de validação de tudo aquilo que ele viveu e vem vivendo. Gritar, brigar nas filas de espera pelo SUS a fora, pode vir a ser, uma das maiores constatações que a/o usuária/o entendeu que aquele sistema é dela/e e para ela/e, é a participação social preconizada na legislação em ato. Quem grita, grita por saber que assim como qualquer um ali tem direito ao atendimento digno, gritar e brigar também são formas de pontuar a dor, o sofrimento. As emoções fazem parte do processo de conscientização cognitiva e do agir políticos dos sujeitos, interferindo no potencial de ação de cada um frente às situações com que se depara, elas são fundamentais para o processo de transformação e resistência. A política de controle de afetos serve para submeter corpos e mentes à exploração passiva de seus corpos, resultando num processo de perda de si mesmo através da alienação (Dias, 2014).

Se as emoções não estão imunes à disputa de forças macro e micropolíticas que intervém no cotidiano, quem dirá à psicologia que ainda tem muitas de suas ações de acordo com a perspectiva neoliberal de força reprodutiva de trabalho, de lucro, na qual suas intervenções se dão na tentativa de produzir alguém 'mais adequado' às necessidades do mercado, atuando no controle das emoções e dos afetos, em aumentar produtividade às custas da saúde mental. Não chorar, não se envolver ou envolver de um jeito em que trabalhar enquanto eles dormem seja considerado aceitável. Assumir responsabilidade não significa negar a realidade e nem impedir que determinadas coisas aconteçam, assumir responsabilidade fala sobre poder se (re)inventar diante das realidades. A alternativa a essas ações, uma clínica



extramuros de acordo com Carvalhães (2019), vai voltar seus olhos a modos de viver que estão à margem daqueles preconizados, que vai se deixar contaminar e experimentar outros modos de viver, de intervir, de encontrar. Que entenda o sujeito como um ser plural, dinâmico, múltiplo e que existe a partir de intensos processos de negociação entre classe, raça e outros marcadores. Fazer psi, ser psi é estar sensível a novas conexões, a transitar por terrenos desconhecidos e estar aberto àquilo que não nos foi ensinado no processo formativo branco e eurocêntrico, é entender os encontros e que tudo é vivo, passível de transformação ou ação. É criticar, romper modos e produzir novos a partir das trocas que as intervenções propõem, é entender que nenhum espaço, conversa vai dá conta das durezas da luta pela sobrevivência sozinhos (Carvalhães, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita do TCR que originou este artigo foi uma forma de dar amparo a um percurso de indignação e dor, uma forma de poder pautar aquilo que a primeira autora sentiu, viveu e pensou ao longo do percurso da residência. Uma escrita que deseja reafirmar a necessidade de uma psicologia afrolatinoamericana a partir de vozes que compartilham um continente, um país, experiências e atuam por uma psicologia que esteja a serviço da comunidade, do local em que se pertence, que confronte a supremacia branca, o machismo e o cisheterossexismo. Pensar o acolhimento a partir de uma leitura de mundo que centraliza o problema da fome e que afirma a necessidade de uma prática combativa para o fazer psi nos possibilita pensar para além das fronteiras que os saberes hegemônicos da psicologia e nos posicionarmos frente às negligências de Estado e violações de direitos que as/os usuárias/os que atendemos sofrem. A clínica, desta forma, assume uma dimensão política, já que amplia a possibilidade de escuta para além de uma leitura individualizante e criminalizante de existências diversas. Assim, a transformação social só acontecerá no momento em que deixarmos de lado as usuais armas da branquitude, como a necessidade de apaziguar conflitos raciais e entendermos que precisamos sustentá-los para que de fato exista as condições de possibilidade para um acolhimento na clínica e nas políticas públicas que seja antirracista; precisamos orientar



nosso fazer manifestando as diferenças que nos constituem (e constituem os coletivos que partilhamos) acolhendo-as de maneira ética e responsável. Não haverá possibilidade de acolhimento enquanto seguirmos tratando os coletivos como blocos uniformes de pessoas, pois precisamos reconhecer que quando nos pomos a escutar pessoas de forma individual ou coletiva, nos relacionamos a partir de nossas diferenças. E essas, consolidam vulnerabilidade a determinadas expressões de violência, como o racismo, o sexismo, a homofobia, a transfobia, etc.

Para finalizar, gostaríamos de salientar que nossa aposta de apresentar uma leitura de mundo centrada na preocupação em como a psicologia acolhe pessoas que vivem a fome em seus cotidianos é sustentar um fazer pactuado com a transformação social em toda sua radicalidade, ou seja, na sustentação de uma psicologia que se coloque contra os sistemas de dominação e que assim, possa atuar pautada por uma ética do cuidar e da responsabilidade pessoal, onde o comprometimento precisa ir além da fala das reivindicações e ser colocado em prática, nas pequenas atividades do cotidiano. Para tanto, se faz urgente que repensemos a noção de saúde mental que sustenta nossas práticas, bem como que revisemos os fundamentos epistemológicos que orientam o nosso fazer.

REFERÊNCIAS

Abrahão, A. L., Merhy, E. E., Gomes, M. P. C., Talleberg, C., Chagas, M. S., Rocha, M., Santos, N. L. P., ... Vianna, L. (2013). O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. *Lugar comum*, 39, 133-44. Disponível em: <http://pesquisadores.uff.br/academic-production/o-pesquisador-mundo-e-o-processo-de-produ%C3%A7%C3%A3o-de-outras-formas-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-em>

Alessi, G. (2016). Entenda o que é a PEC 241(ou 55) e como ela pode afetar sua vida. *El País*, São Paulo, 13 de dezembro de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html

Anzaldúa, G. E. (2021). *El Mundo Zurdo*. In: Anzaldúa, G., Nascimento, T. *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha Editora.

Barboza, D. (2000). Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão: o sofrimento ético-político dos catadores de material reciclável. *Psicologia & Sociedade*, 12(1-2), 54-64. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2430/53-artigos-barbosad_etal.pdf



Battistelli, B. M. (2022). Branquitude e fragilidade branca: conceitos para fazer pensar a Psicologia. *Perspectivas em Psicologia*, 25(1), 157-173.

Brasil. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Examinar as Causas da Fome e a Iminente Ameaça à Segurança Alimentar. CPI da Fome: aprova o relatório, as conclusões e recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a examinar as causas da fome e a iminente ameaça à segurança alimentar. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

Carvalhoes, F. F. (2019). Clínica extramuros: decolonizando a Psicologia. *Revista Espaço Acadêmico*, 19(216), 03-13.

Cavalcante, L. (2021). Pobreza piora com a pandemia em todo país, menos em 3 estados, diz pesquisa. UOL, Belém, 30, de agosto de 2021. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/30/pobreza-avanca-em-todos-os-estados-menos-3-com-a-pandemia-diz-pesquisa.htm>

Cerqueira, D. R. D. C. C., Bueno, S. C., Alves, P. P., Lima, R. S. D., Silva, E. R. A. D., Ferreira, H. R. S. A., ... & Figueiredo, T. D. S. (2020). Atlas da violência 2020. Brasília:2020.

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo editorial.

CNN. (2021, 7 de dezembro). Agronegócio bate recorde de exportações em 2021 e movimenta mais de U\$ 102 bilhões. Agronegócio. CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/agronegocio-bate-recorde-de-exportacoes-em-2021-e-movimenta-mais-de-us-102-bilhoes/>

Dias, M. D. do A. (2004). Jovens trabalhadoras e o sofrimento ético-político. *Psicologia & Sociedade*. 26(n.spe), 93-102.

Emicida. (2020). *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas*. São Paulo: Companhia das Letrinhas; Laboratório Fantasma.

Falero, J. (2020). *Mas em que mundo tu vive*. São Paulo: Todavia.

Gonçalves, M. A. (2020). *Psicologia favelada: Ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

hooks, b. (2019). *Erguer a voz: Pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante.

hooks, b. (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante.

Jesus, C. M. (2014). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática.

Krügner, K. (2021). Açogue tem fila para doação de ossos em Cuiabá para famílias carentes. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato->



grosso/noticia/2021/07/17/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-para-familias-carentes.ghtml

Lopedote, M. (2019). *Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* São Paulo: Editora Elefante.

Lustosa, M. (2017, 26 de agosto). Artigo: no Brasil a fome tem rosto de mulher nordestinas mães pretas e pardas. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/26/artigo-no-brasil-a-fome-tem-rosto-de-mulher-nordestinas-maes-pretas-e-pardas>

Machado, R. P. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga da crise atual*. São Paulo: Planeta Estratégia.

Maheirie, K., Miranda, P.R.D.A, Sawaia, B. B. & Iñiguez-Rueda, L. (2021). Psicologia nos CRAS: uma análise do dissenso e dos processos de coletivização. **Psicologia & Sociedade**, 33, 01-17.

Melo M. L. (2020, 19 de março). Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa. *UOL Notícias*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>

Merhy, E. E. (2012). Saúde e direitos: tensões de um SUS em disputa, molecularidades. *Saúde e Sociedade*, 21(2), 267-279. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000200002>

Nascimento, E. O., Colombo, L. A. (2021). Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de gestão das desigualdades em tempos de pandemia. *Revista Psicologia Política*, 21(51),478-490.

Oliveira É. C. S. (2017). Uma “monstra perigosa”: Pistas de Carolina Maria de Jesus para a intervenção psicossocial. *Estudos de Psicologia*, 22(4), 378-388.

Paiva, I. L. D., Yamamoto, O. H. (2010). Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do " terceiro setor". *Estudos de Psicologia*, 15, 153-160.

Ribeiro, J., Moraes, C. & Araújo, G. (2021). Corpos abjetos na cidade. In: Alves, M. C., Alves, A. C. *Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas*. Serie Pensamento Negro Decolonial. Porto Alegre: Rede Unida.

Rodrigues, L. & Battistelli, B. M. (2021). Pela produção de um cuidado antirracista: problematizando práticas, construindo percursos decoloniais. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*,13 (37), 390-409.

Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Bader, S. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (2ª ed., pp. 97-118). Petrópolis: Vozes.

Silva, C. A. F., Gonçalves, C. S., Dameda, C., Pedro, R. M. L. R. (2021). Atitudes que fazem a diferença: coronavírus e os coletivos nas favelas. *Revista Psicologia Política*, 21(51),435-448.